

JOVENS BRASILEIROS NAS PÁGINAS DA REVISTA REALIDADE: FAMÍLIA E TRABALHO (BRASIL, 1966-1969)¹

BRAZILIAN YOUTH IN REALIDADE MAGAZINE PAGES: FAMILY AND WORK (BRAZIL, 1966-1969)

SILVIA MARIA FÁVERO AREND*

RESUMO

Durante o regime ditatorial, a imprensa no Brasil, apesar da censura, adquiriu grande importância dado o crescimento do mercado interno e a difusão dos meios de comunicação de massa. Nas revistas de interesse geral e informação criadas no período é possível detectar a construção e difusão de representações sociais relativas ao universo infantojuvenil dos trabalhadores pobres e das classes médias. Neste artigo, analisamos a revista *Realidade* publicada mensalmente pela Editora Abril, que tinha como leitores um público das classes médias urbanas. Buscamos conhecer as narrativas jornalísticas presentes no periódico, entre 1966 e 1969, acerca dos jovens brasileiros em relação à temática da família e das relações de trabalho.

PALAVRAS CHAVE: História; juventude; imprensa; família; trabalho.

ABSTRACT

During the dictatorial regime, the Press in Brazil, despite censorship, acquired great importance given the growing domestic market and the dissemination of mass media. In news magazines created during the period it can be detect the construction and dissemination of social representations concerning youthful universe of the poor workers and the middle classes. In this article we analyze *Realidade* magazine that was published monthly by Editora Abril and had an audience as readers of the urban middle classes. We seek to know the journalistic narrative present in this journal between 1966 and 1969 about the Brazilians young in relation to the theme of family and work relationships.

KEYWORDS: History, youth, Press; family, work.

Considerações Iniciais

O ano era 1967. No mês de setembro chegava às bancas e a outros estabelecimentos comerciais do Brasil mais uma edição da revista *Realidade*. O periódico, que nascera no ano anterior, era considerado inovador no naquele período, pois conjugava informação, pesquisa e fotojornalismo. A edição 18 continha um número especial intitulado “A juventude brasileira, hoje”. Roberto Civita, o diretor da redação, afirmava o seguinte no primeiro parágrafo do editorial daquele número:

Aqui estão os jovens

Neste número tentamos mostrar como é, o que pensa e o que quer a juventude brasileira. Por isso, nossos repórteres foram ao encontro dos jovens em todos os campos de atividade: a fábrica, o escritório, o campo, a universidade, a administração de empresas. Fomos ver como vivem os jovens do interior. Procuramos os que estão fazendo coisas importantes em política, ciência, arte, negócios. E também aqueles que, não podendo entrar nas universidades, buscam e encontram outras carreiras e oportunidades de trabalho. Viajamos até um quartel na fronteira para ver o que acontece com o recruta, o jovem que vive uma experiência inesquecível. Uma psicóloga e jornalista escreve sobre o conflito de gerações e uma fotógrafa apresenta um ensaio sobre o primeiro amor. A jovem-guarda, a juventude ié-ié-ié, merece outro ensaio fotográfico e comentários de uma psicóloga e de um psicólogo.²

A revista *Realidade*, publicada *mensalmente* pela Editora Abril, produziu um significativo conjunto de matérias jornalísticas tendo por tema jovens brasileiros/as entre os anos de 1966 e 1969. No referido período histórico, na América do Norte, em grande parte da Europa e também no Brasil, jovens passaram a desempenhar papéis de protagonismo em uma série de eventos de cunho sociopolítico, especialmente no universo das classes médias urbanas. Somado a este fato, observamos a emergência de novas práticas e valores oriundos das vivências desses homens e mulheres que produziram mudanças na esfera cultural da denominada sociedade ocidental.³

Entendemos a Juventude, conforme Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, como uma dimensão da vida experimentada pelos indivíduos sem uma determinação ou pertencimento a etapas ou grupos etários estritos. Para os autores, esta época da vida apresenta suas especificidades. Eis o que afirmam os mesmos na obra em que organizaram sobre a História dos Jovens.

Como demais épocas da vida, quem sabe numa medida mais acentuada, também a juventude é uma construção social e cultural. Desse ponto de vista, a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de *limite*. Com efeito, ela se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder. Nesse sentido, nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas, segundo o modo pelo qual tratam de identificar, de atribuir ordem e sentido a algo que parece tipicamente transitório, vale dizer caótico e desordenado. Essa “época da vida” não pode ser delimitada com clareza por quantificações demográficas nem por definições de tipo jurídico, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer, como fizeram outros, limites mais nítidos.⁴

Neste artigo buscamos analisar como, entre 1966 e 1969, a revista *Realidade* em suas páginas descreveu os/as jovens brasileiros/as. Há aproximadamente um século e meio os meios de comunicação de massa na sociedade ocidental produzem, bem como circulam discursos engendrados a partir de experiências e/ou memórias individuais ou coletivas. Os discursos jornalísticos podem então ser considerados de fundamental importância no processo de construção das culturas políticas de um determinado país ou sociedade, ou ainda, de narrativas de caráter histórico.⁵ Tendo em vista esta perspectiva, entendemos que esta investigação contribuirá de um lado para conhecermos uma parcela das experiências dos/as jovens do país nos anos de 1960 e, de outro, as

representações sociais construídas pelo periódico acerca deste grupo social que, em certa medida, permanecem presentes na sociedade brasileira até os dias atuais.

***Realidade*, uma revista de grande “potência”⁶**

Foi, sobretudo, a partir de meados da década de 1960 que a imprensa brasileira vivenciou um processo de modernização seja do ponto de vista administrativo e tecnológico, seja do ponto de vista da narrativa jornalística que passou a ser produzida no país. As revistas *Realidade*, criada em 1966, e *Veja*, dois anos depois, ambas publicadas pela Editora Abril, são consideradas como marcos divisores na História da imprensa. A impressão *offset*, ao mesmo tempo em que reduzia os custos de produção, possibilitava confecção de grandes tiragens com uma melhor qualidade gráfica, especialmente, no que tange ao fotojornalismo. Nas edições de *Realidade* do ano de 1967, nas páginas onde se encontrava o sumário, encontramos a informação sobre a tiragem de exemplares daquela edição. A cifra informada nos números do periódico do referido ano girava em torno de 450 mil exemplares.⁷ A revista havia nascido com uma tiragem de 215.250 exemplares.

Nesta época as redações jornalísticas passaram a contar com editorias especializadas nos campos da política, economia, cultura, etc. Este fato possibilitava a produção de publicações mais atraentes para um público leitor das classes médias urbanas. Diferente dos jornais, que permaneceram com suas narrativas jornalísticas pautadas em larga medida por questões regionais, as revistas semanais ou mensais buscavam em suas reportagens tratar temas de interesse nacional/internacional, ou então, no processo de redação das matérias, dar conta da heterogeneidade da sociedade brasileira.⁸ Posteriormente demonstraremos como a revista

Realidade realizou esta “operação” jornalística em relação à temática da Juventude.

Entre 1967 e 1970, o governo ditatorial brasileiro instituiu legislação que regulamentou a censura e a repressão à imprensa. Dentre estas se destacam a “Lei de Imprensa”, que entrou em vigor em fevereiro de 1967, o Decreto-Lei número 1077, de 21 de janeiro de 1970.⁹ Este último estabelecia a denominada “censura prévia” realizada por censores instalados no interior das redações das empresas ou através do envio das matérias jornalísticas para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal localizado em Brasília.¹⁰ Segundo José Salvador Faro, este foi um momento crítico para os que escreviam em periódicos, pois era necessário utilizar da linguagem objetiva, que se tornava referência no campo jornalístico naquele momento, visando a produção de textos que tinham que abordar processos sociais muito complexos. O/A repórter e o/a fotógrafo/a constituíam-se então em pesquisadores da realidade brasileira que, com alguma frequência, em função da censura, não poderia ser desvelada para os/as leitores.¹¹

A revista *Realidade* entre 1966 e 1969 apresentava uma “estrutura” editorial, que com pequenas modificações, estava presente em grande parte de seus exemplares. Os leitores e as leitoras, depois da capa, se deparavam com o sumário (em alguns números temos um editorial), a seção de cartas, o roteiro cultural, as reportagens escritas e/ou os ensaios fotográficos e, por fim, uma página onde tínhamos um “debate” sobre algum problema nacional. Um grande número de anúncios publicitários, especialmente, sobre bens de consumo que poderiam ser adquiridos pelas classes médias urbanas, ilustravam as páginas da revista entre uma reportagem e outra. Vale ressaltar que a seção “Roteiro”, de forma crítica, apresentava um panorama do cenário cultural do país (e algumas vezes do internacional) em relação à televisão, ao cinema, à literatura, à música, etc. Os temas abordados nas reportagens, que possuíam em média 4 ou 5

páginas e constantemente eram ilustradas com fotografias coloridas, concentram-se nos campos do sociopolítico e do sociocultural. O número de páginas da revista girava em torno de 100, mas chegou a atingir o patamar de 200, em seu segundo ano de vida.

De acordo como o historiador Tiago da Silva Ferreira:

Realidade não é considerada revolucionária para sua época apenas pelos temas abordados, mas também pela sua estética. A diagramação, as cores, a qualidade das fotos, o estilo literário de suas reportagens, tudo isso foi inovador. Estudiosos alinhados com Evaldo Pereira Lima, como José Salvador Faro e Adalberto Leister Filho, acreditam que a revista revela uma influência direta do *new journalism* estadunidense, tipo de jornalismo contemporâneo à revista, iniciado pelo jornalista Tom Wolfe e praticado por nomes como Truman Capote, Norman Mailer, Gay Talese, entre outros. O movimento incorporava recursos literários para narrar os eventos jornalísticos. O repórter presenciava a matéria, podendo até ser um personagem da mesma. Além da subjetividade, esse tipo de jornalismo primava por matérias os temas atuais, do dia-a-dia.¹²

Para o referido historiador, *Realidade* apresentou três fases distintas durante os 10 anos em que foi publicada entre 1966 e 1976. Entre 1966 e 1970 temos a primeira fase da revista. Esta era produzida por uma equipe de jornalistas e fotógrafos que se tornariam referência no campo no Brasil, tais como: Paulo Patarra, Roberto Freire, Luiz Fernando Mercadante, José Hamilton Ribeiro, Alessandro Porro, Paulo Francis, José Carlos Marão, Claudia Andujar, entre outros. As reportagens e o fotojornalismo abordavam uma gama de temas variados. Diferente de outros periódicos a autoria das matérias e fotos eram informadas para os/as leitores. No segundo momento, entre 1970 e 1973, a censura à imprensa, como mencionamos, tomou maior vulto no Brasil. Buscou-se “salvar” a revista através do lançamento de edições especiais que não abordasse temas sociopolíticos. Nesse período o “time” de jornalistas e fotógrafos tinha sido alterado em grande parte. Na última fase, entre 1973 e 1976, a Editora Abril deixou de fazer os investimentos necessários

à manutenção da qualidade do periódico. A revista diminuiu o número de páginas e suas matérias ficaram “acanhadas”, se comparadas com as outras duas fases. Nessa época a revista *Veja* tornara-se o carro-chefe das revistas de interesse geral da Editora Abril.

Neste artigo optamos por analisar as matérias jornalísticas que abordam o tema da juventude da primeira fase da revista, ou seja, entre 1966 e 1969. Nas 45 edições publicadas mensalmente selecionamos 15 reportagens que tratam diretamente da temática, ou então, que têm jovens brasileiros como protagonistas, como é caso da matéria sobre Luís Travassos, presidente da União Nacional dos Estudantes em 1968.¹³ Dentre as edições especiais publicadas também na mesma época, selecionamos a já mencionada “A Juventude brasileira, hoje”. Esta edição especial é composta de 13 matérias jornalísticas. Analisamos ainda a seção “Brasil pergunta”, presente na última página da edição especial e que continha texto do poeta Vinícius de Moraes e do advogado Sobral Pinto, além de questionário sobre “como pensavam” os/as jovens na época, que se constituía na matéria de abertura da edição especial. Não teceremos comentários acerca dos informes publicitários, uma vez que estes são em grande número e certamente dariam origem a outro artigo científico.

Vale ressaltar que o periódico, ao longo de sua existência, publicou grandes enquetes realizadas sobre temáticas consideradas polêmicas naquele momento. Os dados produzidos tendo em vista estes questionários subsidiavam a escrita de matérias jornalísticas. A reportagem redigida pelo jornalista Duarte Pacheco “A juventude diante do sexo”, produzida a partir de 96 perguntas respondidas por 1000 estudantes (500 residentes no Rio de Janeiro e 500 moradores de São Paulo que possuíam entre 18 e 21 anos), foi censurada pelo Juiz de Menores da Guanabara, Alberto Cavalcanti de Gusmão, em 1966.¹⁴ A

revista foi impedida de publicar a segunda parte da matéria jornalística em uma edição posterior.

“Meus pais são agradáveis: eu os eduquei”¹⁵

Para a revista *Realidade*, em 1967 o Brasil era um “país de jovens”, uma vez que dois terços da população tinham menos de 25 anos. Desse montante populacional, de acordo com o periódico, 15 milhões possuíam idade entre 15 e 25 anos. Este dado demográfico, aliado à faixa etária justificava em parte para os leitores e leitoras o quão era importante para a revista entender como os/as considerados jovens “pensavam” naquele momento histórico no país. Afinal, estes homens e mulheres eram os “estudantes”, os “novos trabalhadores”, os “moços rebeldes”, os “fazedores”, os “líderes” e os “pais preocupados de amanhã”.¹⁶ Os resultados do questionário publicado na edição especial procurava abarcar estes diferentes fenômenos em que esta população estava envolvida.

A enquete fora produzida a partir de duas metodologias distintas. A agência *Marplan* havia entrevistado 1.000 rapazes e moças entre 15 e 24 anos, sendo “100 da classe rica, 400 classe média e 500 da classe pobre” nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A outra pesquisa fora realizada partir das informações de 1.000 leitores, de ambos os sexos, de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados o Brasil que haviam respondido o questionário “Retrato da Juventude” publicado na edição de julho daquele ano.¹⁷ As 22 perguntas podem ser divididas em 4 blocos: questões sobre o que genericamente denomina-se comportamento; sobre o mundo do trabalho; sobre a relação/percepção da família; e sobre o cenário político brasileiro daquele momento. Chama atenção o fato de haver apenas uma questão que tinha por temática o universo escolar. As

respostas dos entrevistados de *Realidade* e da agência *Marplan* aos vários quesitos elencados eram quantificadas até atingir cem por cento.

Para a equipe que produzia a revista esses homens e mulheres que haviam sido entrevistados, bem como os descritos em parte das reportagens constituíam outra geração. A historiadora Isabella Cosse, em obra que discute as mudanças ocorridas nas famílias das classes médias de Buenos Aires nos anos de 1960, infere sobre o conceito de geração.

Desde este ángulo, a pesar de las críticas, la noción de *generación*, entendida aquí como un grupo de personas que se distingue de forma significativa de otros grupos por su experiencia compartida, tiene especial interés por dos razones. Primero, porque refiere a una interpretación propia de la época, según qual las transformaciones eram motorizadas por las nuevas generaciones, abiertas a las innovaciones, en oposición a los adultos. Segundo, porque permite advertir las diferencias entre el modelo que había regido la vida dos progenitores y los cambios inaugurados por los jóvenes em los anos sessenta y, al mismo tempo, las distancias que existieron entre los propios jóvenes según el momento de su socialización que definió el contexto de su experiencia. Estas fracturas generacionales em relación com os valores familiaresse inscribieron, a diferencia de lo sucedido em Europa e Estados Unidos, em escenario de incremento de la represión moralista y ascenso del autoritarismo.¹⁸

A relação entre pais e filhos/as foi abordada em duas questões do questionário elaborado pelo periódico. Para a questão que procurava saber como os entrevistados consideravam seus pais, as respostas sugeridas pela equipe de *Realidade* eram as seguintes: “atualizados, ultrapassados, outros e não sabem”. Para a maior parte dos entrevistados da *Marplan* os pais eram atualizados. Já para um terço dos entrevistados da *Realidade* os pais eram considerados ultrapassados. Na questão seguinte, que solicitava que os entrevistados/as caracterizassem a relação que possuíam com seus pais, percebemos que os conflitos intergeracionais estavam mais presentes. Uma parcela significativa de rapazes e moças respondera “válidas em certas horas” e “simplesmente agradáveis”. O

item que denotaria a diferença de geração de forma mais explícita, ou seja, “cheias de conflitos e problemas”, foi respondido por apenas 10% dos homens e 6% das mulheres. Todavia, a frase de um entrevistado escolhida para chamar a atenção dos leitores/as para a leitura da matéria no alto da página era a seguinte: “Meus pais são agradáveis: eu os eduquei”.¹⁹ A sentença sintetiza as mudanças que a revista procurava descrever no plano das relações de poder entre as gerações e da difusão dos novos valores daqueles que eram considerados jovens naquele momento. No processo de produção do discurso e recepção do mesmo constatamos, pelo menos entre os/as jovens entrevistados/as, majoritariamente pertencentes às classes médias, que o conflito entre as gerações não era acirrado no ano de 1967.

Uma bateria de questionamentos tendo em vista o ideário da norma familiar burguesa foi apresentada pela revista para os/as jovens nos temas relativos às relações conjugais, tamanho da prole e sexualidade do casal. De maneira geral as respostas foram no sentido valorizar a virgindade da esposa, entender o homossexualismo masculino como doença, considerar a fidelidade como essencial para o casal e, por fim, que o mais importante para o sucesso no casamento era o amor e a compreensão recíproca. As práticas e valores da norma familiar burguesa pareciam estar instituídos entre os/as jovens das classes médias urbanas no final da década de 1960. Chama atenção o fato de não haver na enquete questões que remetessem à emancipação sexual proposta por movimentos contraculturais que, neste período, pareciam dominar a cena juvenil na América do Norte e parte da Europa.²⁰ Para a maioria de entrevistados/as, o casal tinha “o direito de planejar o número de filhos”, sendo que para uma parcela significativa dos rapazes e moças o “ideal” era ser pais de duas crianças. A maioria dos entrevistados por *Realidade* entendia que o número de filhos “ideal” era três. A possibilidade de utilização da pílula anticoncepcional pelas mulheres das classes médias

urbanas no Brasil aliado ao discurso do planejamento familiar amplamente difundido na América Latina na época certamente contribuiu para que os/as entrevistados/as emitissem estas opiniões.²¹

As respostas de dois questionamentos apresentados por *Realidade*, ainda no âmbito das relações que tratam do tema da família, merecem destaque na análise. O primeiro diz respeito ao mundo do trabalho e às mulheres. A questão apresentada pelo periódico foi a seguinte: “A mulher casada deve trabalhar, mesmo que não precise?”²² A maioria (74%) dos entrevistados/as pela agência *Marplan* afirmou que as esposas deveriam permanecer no lar realizando suas tarefas domésticas, o que incluía a maternagem/educação das crianças e adolescentes. A indagação foi formulada pelos jornalistas tendo em vista o discurso Feminista, então experimentando a denominada segunda onda, que propalava a emancipação das mulheres por meio das atividades laborais exercidas no espaço público.²³ Todavia, para estes jovens as mulheres casadas deveriam prioritariamente desempenhar o “papel” de donas-de-casa. Os ruídos do discurso Feminista reverberavam pouco ainda entre aquele grupo social no fim dos anos de 1960, em função possivelmente de fatores de ordem econômica e sociocultural. O salário dos maridos era suficiente para o sustento de uma família que diminuía o número de descendentes. Por outro lado, desde as duas décadas anteriores, como demonstra o estudo da historiadora Carla Bassanezi Pinsky, as práticas prescritas na norma familiar burguesa estavam sendo implementadas pelas pessoas das classes médias urbanas no país.²⁴

O outro questionamento do periódico era relativo à possibilidade ou não da reconfiguração familiar. Para a mais da metade dos entrevistados por *Realidade*, o caminho deveria ser o divórcio, enquanto que um grupo formado por 47% dos entrevistados/as da agência *Marplan* entendia que os cônjuges deveriam “continuar juntos assim mesmo, pelo bem dos filhos” e um segmento composto por 19% optava pelo desquite,

o que não permitia um novo casamento no âmbito jurídico. Além do já explicitado sobre a norma familiar burguesa, o preconceito que sofriam as mulheres das classes médias desquitadas no Brasil no período, assim como as dificuldades de várias ordens em relação ao ingresso no mercado de trabalho, certamente levavam as jovens a manifestarem-se desta forma.²⁵ O divórcio acabou sendo instituído no país dez anos depois da publicação desta matéria jornalística, em 1977.²⁶ Para o historiador Tiago da Silva Ferreira, a revista *Realidade*, em muitas de suas reportagens, apresentava o divórcio de forma bastante positiva. Eis o que afirma o referido autor acerca do discurso enunciado pelos/as jornalistas no periódico sobre a denominada revolução sexual:

Cada reportagem tem uma assinatura, cada repórter defende sua própria versão da revolução sexual. Neste sentido enxerguei três propostas divergentes de emancipação moral. A primeira delas é a revolução feminina cuja reivindicação maior era liberação da mulher, principalmente no campo econômico, mas também no campo moral. A segunda delas é a revolução no campo mais “anárquico”, influenciada por pressupostos reichianos e anarquistas, cuja amplitude era maior e que incluía, dentre outras coisas, a queda da monogamia e o atrelamento do fim da moral burguesa ao fim do capitalismo. Por fim, havia o que chamei de reforma de costumes “moderada”, que defendia apenas a legalização do divórcio, ou no máximo, a descriminalização do aborto.²⁷

Uma jovem vestida com camiseta amarela e *blue* jeans ilustrou a capa do segundo número de *Realidade*, publicado em maio de 1966. Na camiseta temos estampada a imagem do cantor Roberto Carlos. A chamada de capa para a reportagem de Narciso Kalili era a seguinte: “Roberto Carlos: a rebelião da juventude”. A matéria pode ser dividida em quatro partes. Na primeira parte, por meio de comentários de diferentes personagens — um garoto de 6 anos oriundo da Igreja Batista, uma idosa moradora do centro de São Paulo, uma diretora de famoso colégio paulistano, um Juiz de Menores, um padre, uma dona de casa, uma

normalista e uma empregada doméstica — o artigo demonstra como todo esse conjunto eclético de pessoas apreciava as consideradas transgressoras canções do “ié-ié-ié”.

Na segunda parte da matéria o psicanalista Roberto Freire analisou o fenômeno da apropriação daquele tipo de música à luz do ideário do choque de gerações. Este afirmava o seguinte:

A rebeldia dos jovens, enquanto não se organiza, tem caráter anárquico, embora seja sadia e não doentia. Ela tem várias formas. A rebeldia de protesto é a mais comum, e com ela os adultos se acostumaram. É, normalmente, do mesmo tipo da rebeldia delinquente, apenas mais atenuada. Ao invés de agredir pela força física, o jovem protesta: não para em casa, bebe, joga, fica vagabundo. Par se opor ao tradicionalismo, deixa a barba crescer e usa cabelos compridos, calças colantes, camisas coloridas. Inventava palavras para possuir seu próprio dialeto, com o qual choca os adultos — **é uma brasa, barra limpa, mora.** Na sua luta contra o mundo, encontra solidariedade entre os seus. Surgem então as turmas, os grupos. E, em turmas, fazer alguma coisa que expresse o seu protesto.²⁸

Posteriormente, a matéria segue abordando o sucesso das canções do ié-ié-ié e do programa de auditório Jovem Guarda, então exibido pela TV Record aos domingos de tarde. Por fim, Narciso Kalili centra o foco na figura de Roberto Carlos, apresentando uma pequena biografia do artista. A matéria ainda apresenta em um box o “pequeno dicionário da gíria ié-ié-ié” com um glossário de 23 palavras, tais como: “papo firme” (conversa verdadeira); “lenheiro” (pessoa que faz sucesso); “brasa” (música agitada); “bandidão” (rapaz bonito), etc.

Na matéria sobre a enquête realizada por *Realidade* encontramos duas indagações sobre as mudanças nas indumentárias feminina e masculina. Não há informação sobre o fato de o periódico publicar somente as respostas dos/as entrevistados/as da agência *Marplan* nestes quesitos. Dois terço dos/as jovens aprovava o uso da mini-saia e de “roupas coloridas para os rapazes”.²⁹ Já os “cabelos compridos para os

rapazes” era aprovado somente por metade das pessoas. Na reportagem sobre Roberto Carlos, publicada um ano antes, alguns entrevistados mencionaram que o cabelo do artista ficaria melhor mais curto. Entre os gêneros musicais o preferido das moças era o ié-ie-ié, depois a bossa-nova, seguido do clássico e do sambão. A reportagem sobre o sucesso do ié-ie-ié e as respostas do questionário sobre a aparência e trajés dos/as jovens apontam para um conflito de gerações expresso nas páginas da revista *Realidade* que se estabelecia muito mais no plano da moda/linguagem/aparência do que na relação pais e filhos/as ou no que estas pessoas almejavam para o futuro em relação à família. O psicanalista Roberto Freire ao buscar analisar o fenômeno do ié-ie-ié circunscrevia a “rebeldia” que estava analisando. Não estamos afirmando que estas mudanças no plano cultural, que envolviam o corpo do indivíduo e sua aparência, não fossem importantes. Todavia, os ecos da chamada revolução sexual entre os/as jovens brasileiros que eram “personagens” do periódico ainda não se faziam notar com destaque.³⁰

Outro dado importante, que corrobora com a perspectiva de uma rebeldia ainda muito tímida enunciada acima, era o relativo ao plano religioso: 95% das pessoas entrevistadas pela agência *Marplan* e 81% de leitores/as que responderam ao questionário de *Realidade*, acreditavam em “Deus”. A revista ainda informava que entre as pessoas mais pobres entrevistadas por *Marplan* este índice subia para 99%.³¹ Não há menção nessa reportagem se este “Deus” pertencia às “cosmologias” judaico-cristã, hinduísta, africana, etc. Já a matéria sobre a pesquisa acerca do tema da sexualidade juvenil anteriormente mencionada, informava que “67% de nossos entrevistados se dizem católicos, 8,5% se confessam ateus e os restantes se distribuem entre outras religiões.”³²

Dois anos depois, em 1969, *Realidade* publicou uma matéria intitulada “A escalada sexual”, de autoria do jornalista Luís Edgar de Andrade. O argumento central da reportagem era o fato da publicidade

no Brasil estar utilizando cada vez mais de temáticas de cunho sexual para vender uma gama de produtos. O articulista questionava se haviam ocorrido mudanças no plano da sexualidade entre os/as jovens dos centros urbanos do país. O “pano de fundo” da reportagem era a denominada revolução sexual levada a cabo entre os/as jovens em outros lugares do mundo. Nesta mesma edição o periódico apresentava uma reportagem sobre os *hippies* da cidade de Amsterdã e, em outros dois números, abordava a “explosão sexual na Rússia”.³³

No texto da referida matéria o jornalista apresentava dados extraídos dos questionários de 1967 e que apontavam que um número pequeno de moças e rapazes das classes médias do Rio de Janeiro e São Paulo eram favoráveis as relações sexuais antes do casamento. Neste mesmo sentido somente 8% das paulistas e 12% do total das entrevistadas afirmavam terem tido relações sexuais com seus namorados. O jornalista utilizava também na reportagem declarações da colunista sentimental do jornal Última Hora, Zsu Zsu Vieira, que afirmava que o dogma da virgindade estava ainda “muito arraigado” entre as moças e rapazes do Rio de Janeiro. Outro tema abordado no artigo eram as grandes resistências existentes no processo de introdução da disciplina Educação Sexual nas escolas do país em tempos de pílula anticoncepcional. Os leitores e leitoras da revista *Realidade* possivelmente concluíam no final da leitura da matéria que as mudanças no plano das práticas sexuais entre os/as jovens brasileiros das classes médias eram ainda muito pequenas no final dos anos de 1960. A denominada revolução sexual ainda estava por acontecer. Mas, em outro plano, o cenário era um pouco diferente como veremos a seguir.

“Estes são os fazedores” do Brasil...

A enquete realizada por *Realidade* apresentava cinco indagações acerca do cenário sociopolítico do país no momento em que a ditadura militar completara seu terceiro ano. As respostas das pessoas entrevistadas pela agência *Marplan* e a dos leitores de *Realidade* eram um pouco diferenciadas quanto à opinião sobre o “atual governo”. Dentre os/as jovens que tinham respondido para a *Marplan*, 47% eram favoráveis ao “governo”, 39% não tinham opinião ou eram indiferentes e apenas 17% tinham opinião desfavorável ao primeiro governo da ditadura. Na reportagem encontramos o seguinte comentário sobre os referidos números. “O julgamento divide as cidades, as classes sociais e os sexos. Os homens são mais a favor do Governo (48%) do que as mulheres (41%), os pobres mais satisfeitos (48%) do que os ricos (38%) e os paulistas (50%) do que os cariocas (37%)”.³⁴

Por sua vez, somente 27% dos/as leitores de *Realidade*, que em sua maioria era oriundo das classes médias, eram favoráveis ao regime político estabelecido. Já metade dos/as leitores não tinha opinião ou eram indiferentes ao “governo” e 22% eram contrários ao *status quo*. Apesar de uma parcela significativa daqueles jovens ser favorável ou indiferente ao regime ditatorial, que se caracterizava modernizar o capitalismo brasileiro, o “caminho” escolhido por metade dos/as entrevistados, em ambas as pesquisas, em relação ao “sistema econômico-social que oferecia maiores possibilidades de desenvolvimento” era o “socialismo”. O “capitalismo”, por sua vez, era citado por 30% dos entrevistados/as como resposta para a indagação relativa ao melhor sistema econômico-social. Por fim, somente 5% dos/as jovens compreendia que o “comunismo” poderia levar o país para patamares mais elevados em relação ao universo socioeconômico. Vale ressaltar que a reportagem afirmava em mais de um momento que seria difícil ocorrer uma revolução (comunista) no Brasil naquele período levada a cabo pelos jovens. Segundo o periódico, “a chamada ‘minorias ativistas’ precisaria ser muito mais ativa para que se

possa temer uma revolução promovida pelos jovens: há apenas um revolucionário potencial em cada cem entrevistados”.³⁵

Para a maior parte dos/as dos entrevistados muita coisa necessitava ser melhorada no país naquele ano de 1967. Na época, para aquela população juvenil, a “educação” era considerada como o principal “problema” do Brasil. Na sequência os seguintes “problemas” vigentes no país que foram elencados como os fundamentais por aquele grupo social: o “desenvolvimento”, a “dependência de influência estrangeira”, a “corrupção”, a “inflação” e a “saúde”. Uma parcela significativa das pessoas entrevistadas pela agência *Marplan* e dos/as leitores da revista *Realidade* entendia que a contribuição da juventude brasileira para o desenvolvimento da nação no período se daria, sobretudo, através do estudo e das atividades laborais. Seria através desse binômio — educação e trabalho — que estas pessoas estariam se preparando para o futuro.³⁶

A referida assertiva é de grande importância para esta investigação, pois entendemos que os/as jovens brasileiros nos primeiros anos de vida do periódico estiveram presentes nas matérias jornalísticas mais frequentemente como estudantes, ou então, ainda como trabalhadores. Não estamos afirmando que este grupo social não era citado a partir de identificações diferenciadas em reportagens que tinham como tema o esporte, a política nacional ou as artes. Todavia, as identificações de trabalhador e estudante presentes nas páginas da revista eram norteadas pelo ideário de uma cultura juvenil que vinha sendo gestada no mundo ocidental desde o final dos anos de 1950.

Para o historiador Eric Hobsbawm esta cultura juvenil possuía três características inovadoras. A primeira dessas características segundo o autor era seguinte:

Primeiro, a “juventude” era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como estágio final do pleno desenvolvimento humano. Como no esporte, atividade que a juventude é suprema, e que agora definia as

ambições de mais seres humanos do que qualquer outra, a vida ia ladeira abaixo depois dos trinta. Na melhor das hipóteses, após esta idade restava um pouco de interesse. O fato de que isto não correspondesse, de fato, a uma realidade social em que (com exceção do esporte, algumas formas de diversão e talvez a matemática pura) poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais que o mundo estava organizado de forma insatisfatória. Pois até a década de 1970 o mundo do pós-guerra era na verdade governado por uma gerontocracia, em maior medida do que na maioria dos períodos anteriores, sobretudo por homens — dificilmente por mulheres ainda — que já eram adultos no fim, ou mesmo, no começo da Primeira guerra Mundial. Isso se aplicava tanto ao mundo capitalista (Adenauer, De Gaulle, Franco, Churchill) quanto ao comunista (Stalin e Kruschev, Mao, Ho Chi Minh, Tito), bem como aos grandes Estados pós-coloniais (Gandhi, Nehru e Sukarno). Um líder com menos de quarenta anos era uma raridade mesmo em regimes revolucionários surgidos de golpes militares, um tipo de mudança política em geral promovida por jovens oficiais subalternos, porque esses tem menos a perder que os mais graduados. Daí muito do impacto internacional de Fidel Castro, que tomou o poder com 32 anos.³⁷ (Grifo nosso).

Para Eric Hobsbawm, a segunda característica desta cultura juvenil foi o fato da mesma torna-se hegemônica nos países considerados desenvolvidos economicamente. De acordo como o pesquisador, este processo está associado a fatores, tais como: o poder de consumo dos/as jovens que estão inseridos no mercado de trabalho; as novas tecnologias, sobretudo as do campo da informática surgidas em meados dos anos de 1960, exigiam no mundo do trabalho pessoas mais “adaptáveis” em termos de treinamento e disciplina. O internacionalismo constitui-se para o historiador na terceira característica. Segundo o autor, “o *blue jeans* e o *rock* se tornaram marca da juventude “moderna”, das minorias destinadas a tornar-se majorias, em todo país onde eram oficialmente tolerados e em alguns onde não eram, como a URSS a partir da década de 1960”.³⁸

Dentre as treze matérias jornalísticas que compõem a edição especial de 1967, encontramos sete reportagens que abordavam o tema dos/as jovens no mundo do trabalho. Os referidos textos foram construídos a partir de perspectivas bem diferenciadas em relação ao

discurso jornalístico. Cinco reportagens foram redigidas a partir de um “olhar” que poderia ser aproximado ao etnográfico, ou seja, tendo em vista a experiência vivenciada pelo/a jornalista junto de um determinado grupo de trabalhadores/as. Outra reportagem apresenta os denominados “fazedores do Brasil”, isto é, os/as jovens que, segundo o periódico, destacavam-se nas suas atividades laborais. Por fim, temos uma matéria que sugeria quais eram os caminhos que os/as jovens deveriam tomar para ingressar no mercado de trabalho, sobretudo, caso não conseguissem obter um diploma universitário. No conjunto das reportagens “etnográficas” e na relativa aos “fazedores do Brasil”, observamos a “operação” jornalística utilizada pelas revistas mensais/semanais de interesse geral e informação para dar conta da perspectiva do nacional mencionada no início deste artigo. Os/as jovens descritos nas referidas matérias eram oriundos/as de diversos locais do país, tais como, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso. Os textos “etnográficos” em alguma medida ainda contemplam a diversidade de classe social e de gênero presentes na sociedade brasileira. Os/as leitores/as, ao final da leitura daquela edição da revista *Realidade*, em função de uma gama de informações tão grande, mas que eram “costuradas” pelo nacional, possivelmente teriam a sensação de conhecer a experiência de “ser jovem” no Brasil no ano de 1967.

Antes de partirmos para a análise de como o periódico abordava a temática da juventude no âmbito das relações de trabalho, duas observações se fazem necessárias. Os temas da educação e do trabalho quando se discute juventude estão em grande parte imbricados, pois a escola/universidade nas sociedades ocidentais, há dois séculos, no mínimo, confiscou para si parte dos saberes relativos à formação profissional dos indivíduos. Encontramos na revista *Realidade* um conjunto de matérias jornalísticas que apresentam os/as jovens brasileiros como estudantes, sobretudo, das universidades do país. Uma parcela

destas reportagens, inclusive a publicada em 1968 sobre a extinta União Nacional dos Estudantes (UNE), que conta com uma entrevista de seu líder na época, Luís Travassos, demandam análises no campo da História política que constituiriam um artigo científico à parte.³⁹ Sendo assim optamos por não trazer para o debate tais matérias jornalísticas, bem como analisar as experiências dos considerados estudantes neste artigo.

Outro ponto importante refere-se ao fato de não encontrarmos, nas matérias selecionadas para este estudo, menção às discussões então em evidência no Brasil relativas ao Direito do Trabalho. Em 1967, entrou em vigor a lei número 5.274 que modificava o cálculo do salário mínimo dos considerados menores de idade.⁴⁰ No período, uma parcela significativa de jovens ingressava no mercado de trabalho, especialmente, nos centros urbanos na condição de aprendizes ou estagiários. De acordo com o historiador José Pacheco dos Santos Júnior, as mudanças propostas por aquela legislação vinham em dois sentidos: de um lado, a exigência de formação profissional e de outro, redução do salário mínimo dos aprendizes que não possuíam qualificação profissional. A Constituição de 1967, segundo o historiador, havia possibilitado que o presidente Costa e Silva aprovasse a lei, pois “proibia a diferença de salário e de critérios de admissão” em função somente de sexo, cor e estado civil.⁴¹ Eis o que afirma o referido autor acerca da lei número 5.274:

Se antes os aprendizes eram aqueles que tinham entre 12 e 18 anos, sujeitos a formação metódica, percebendo salário conforme o período de aprendizagem em que se encontravam, com a lei n.º. 5.274, aprendizes foram definidos como aqueles menores que estivessem entre a faixa etária de 14 e 18 anos e submetidos à formação profissional. Além disso, o salário só poderia ser fixado em até a metade do estatuído para trabalhadores adultos da região. Contudo, a execução deste não importava em diminuição de salários para os que já estivessem trabalhando sob condições pecuniárias mais vantajosas. Já para os menores trabalhadores *não* portadores do curso completo de formação profissional, a lei n.º 5.274 promoveu o seguinte escalonamento no cálculo do salário: **50% para os menores entre 14**

e 16 anos de idade e 75% para os menores entre 16 e 18 anos de idade.⁴² (Grifo nosso)

Na reportagem intitulada “O que você quer ser?”, o jornalista Eurico Andrade realizava um diagnóstico das questões enfrentadas pelos/as jovens brasileiros que necessitavam entrar no mercado de trabalho no final dos anos de 1960. O articulista que afirmava o seguinte:

Três em cada mil estudantes de curso primário no Brasil conseguem um diploma de curso superior. Ou quatro em cada cem que entram no ginásio. Ou metade dos que entram no vestibular. O mais comum é o jovem abandonar a escola muito cedo: 10% dos trabalhadores brasileiros têm de 10 a 14 anos, embora isso seja contra a Constituição e as recomendações da ONU. A questão que se apresenta, portanto, não é bem **o que você que ser quando crescer. Mas o que você pode ser.** O jovem deseja encontrar uma profissão que se sinta à vontade, mas mesmo que não seja doutor é preciso se preparar, especializar-se e conhecer bem o que está fazendo. E, como a maioria não se prepara, as frustrações são muitas.⁴³

A matéria era construída a partir de diferentes “vozes” que prescreviam soluções para os/as jovens desejavam trabalhar. Um psicólogo entendia que o caminho para o ingresso no mundo do trabalho seria por meio do estudo, contudo, mesmo o diploma deveria submeter-se à personalidade de cada um na hora de optar por um emprego e sugeria testes vocacionais para rapazes e moças. Tais prescrições eram dirigidas possivelmente para jovens das classes médias que tinham a possibilidade de escolher um emprego. As demais parcelas de jovens, que consistiam na maior parte da população juvenil do Brasil, deveriam procurar realizar cursos profissionais no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ou ainda, os oferecidos pelas empresas e por cursos particulares à distância, tais como o Instituto Universal Brasileiro. Para o professor Robert Dannermerman, presidente do SENAC, o país necessitava de uma política de formação profissional que fosse além dos conteúdos de caráter

técnico. A reportagem ainda fazia referência a um curso profissional de curta duração oferecido pelo Ministério da Educação que formava mão-de-obra para o setor industrial. Neste curso, um técnico em eletrônica havia aprendido sua nova profissão. O jovem emitia a folha de pagamento de uma empresa com 14 mil empregados a partir dos “cérebros eletrônicos” (computadores) que estavam chegando no país naquele período. Outros exemplos de jovens que haviam obtido colocações no mercado de trabalho tendo frequentado um curso profissional eram apresentadas na reportagem. As profissões eram as seguintes: agente de turismo, manequim, aeromoça, secretária, corretor de imóveis, projetista, oficial da marinha mercante, piloto de avião e corretor de valores. Possivelmente em função da censura, a reportagem não mencionava a draconiana lei número 5.274, aprovada pelas autoridades do regime ditatorial, bem como as críticas que começavam a emergir em relação ao ensino profissionalizante.⁴⁴

Mas, afinal, quem eram os “fazedores do Brasil” para a revista *Realidade* na edição especial publicada em 1967? Eram moços e moças na faixa dos 20 anos, quase anônimos, que estavam fazendo coisas consideradas importantes para o país naquele momento histórico. Pode-se considerar que a reportagem foi construída a partir do ideário do *self-made man* associado à cultura juvenil, pois, para autora do texto, a jornalista Norma Freire, cada vez mais iria se depender dessas pessoas. Podemos dividir os “fazedores do Brasil” em três grupos: os intelectuais criativos, os intelectuais com preocupação com o social e os que se destacavam em sua ocupação em função do trabalho e ousadia no campo político. Neste último grupo tínhamos o prefeito da cidade de Araxá, localizada em Minas Gerais. Paulo Márcio Ferreira, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aos 24 anos havia vencido na eleição “a turma” da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O jovem prefeito trabalhava para fechar a receita do município com superávit, algo que nunca

acontecera na História da cidade. Pertencia também ao último grupo o operário João Joaquim da Silva que, aos 22 anos, tornara-se Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, um dos mais importantes do estado de São Paulo. O jovem afirmara o seguinte para a jornalista:

“— A vitória não foi fácil”, conta João. “A chapa verde, a nossa, era composta por gente muito jovem. O presidente eleito — José Ibraim — tem 20 anos; e os velhos torciam o nariz: ‘Não temos fé nesta molecada’. Mas acontece que nós tínhamos fé em nós mesmos e na nossa gente — cerca de 4.000 operários. E contávamos apenas com a solidariedade dos outros. Quando alguém tinha que perder o serviço para falar com o pessoal das outras fábricas, todo mundo contribuía com o seu dia de salário. () Na opinião de João Joaquim, “o operário brasileiro em geral não tem consciência do seu valor”. — Apenas uma pequena parte é sindicalizada e entende que o que a cultura significa para o indivíduo. Está havendo uma modificação nessa mentalidade, e nessa luta se empenha a geração jovem. Foi isso que significou a nossa vitória.”⁴⁵

No grupo dos intelectuais engajados em causas sociais encontramos a professora Vania Teixeira Mendes, com 20 anos de idade. A docente trabalhava em uma escola para alfabetização de adultos mantida pelo Grêmio Politécnico da Faculdade de Engenharia da Universidade de São Paulo. Todos os diretores e os onze professores tinham idade que variava entre 20 e 24 anos. Já os discentes possuíam entre 40 e 60 anos. Vania afirma o seguinte sobre seu trabalho:

“— Acho nossa geração muito preocupada. Parece que de repente tomamos consciência da responsabilidade que está em nossas mãos. Não há muito tempo para reflexão. O importante era fazer algo. É o que estamos tentando no curso noturno de alfabetização. E garanto que aquilo vai para frente”.⁴⁶

Além da professora Vania, o grupo dos intelectuais que se dedicavam às causas sociais era composto por um jornalista que coordenava projetos de cunho social em favela da cidade do Rio de Janeiro, um cirurgião plástico que se dedicava a atender pessoas pobres e

um geólogo que conseguira obter água em regiões secas do Nordeste. Dentre os intelectuais criativos destacava-se o assessor do ministro da Fazenda Delfim Neto, Carlos Viacava. O jovem, que possuía 26 anos, era responsável pelo setor do café no referido ministério e representara o Brasil no processo de construção do Acordo Internacional do Café. Ele já fora professor assistente das disciplinas de Economia Brasileira e Teoria do Desenvolvimento Econômico, do curso de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. Segundo a reportagem, o jovem considerava-se “um técnico, um professor”. Já Delfim Neto considerava-o um “vitorioso”.⁴⁷ Faziam parte ainda deste grupo um empresário do setor têxtil do Rio de Janeiro, o jogador de xadrez Henrique Meking (Mequinho), oriundo do Rio Grande do Sul, um arquiteto paulista e um inventor de artefatos eletrônicos que migrara da Bahia para São Paulo.

Diferente da reportagem dos “fazedores do Brasil”, que centrava o seu foco nos indivíduos pertencentes, sobretudo, às classes médias, no conjunto de matérias de cunho “etnográfico” os/a jornalista buscavam conhecer as relações sociais que se estabeleciam no processo de desenvolvimento de atividades laborais. Nestas narrativas jornalísticas, que descreveram o cotidiano de operários, bancários, gerentes de empresas e camponeses, encontramos uma descrição das dificuldades de várias ordens enfrentadas pelos/as jovens no mundo do trabalho. Dificuldades que consistiam em sobreviver com um salário mínimo na cidade de São Paulo, ou então aguentar a uma jornada de muitas horas de trabalho sob um sol escaldante em uma fazenda de cacau na Bahia. Estas reportagens da revista *Realidade*, da mesma forma que as existentes sobre os estudantes, exigem outro artigo científico que dê conta do grande repertório de informações. Todavia mencionamos as mesmas neste estudo, pois entendemos que o periódico, em seus primeiros anos de existência, apesar da censura, procurou conhecer as diferentes facetas do que era “ser jovem” no país naquele momento histórico.

Considerações Finais

A imprensa, como demonstramos neste artigo, consiste em uma fonte documental de grande valia para o estudo da História da Infância e Juventude no século XX. Na revista *Realidade*, além das matérias jornalísticas, que possibilitam abordagens como a análise de discursos e a compreensão de narrativas sociais mais ou menos consensuais, encontramos uma infinidade de dados estatísticos produzidos pelo próprio periódico e um precioso “acervo” foto-jornalístico sobre o Brasil nos anos de 1960 e 1970. De maneira geral, nossa análise ficou circunscrita às questões que envolviam os conceitos de classe social e geração. Todavia entendemos que muitos outros estudos com estas fontes documentais podem ser realizados à luz das relações de gênero, das discussões que envolvem a etnicidade, o campo religioso, etc.

No plano da família constatamos que os/as jovens brasileiros “retratados” na revista *Realidade* possuíam práticas e valores ainda distantes, em certa medida, da chamada revolução sexual em curso na década de 1960 no mundo ocidental. Já no plano das relações de trabalho vivenciadas pelos/as jovens brasileiros a revista procurou descrever o complexo cenário do país em um tempo de ditadura. Porém, a descrição desse cenário devido à linha editorial que vigorava no periódico, à censura, ou então, em função da expectativa dos/as leitores/as, tinha como foco, sobretudo, as questões que envolviam as classes médias.

Notas

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: smfarend@gmail.com

¹ Este artigo é parte de uma investigação mais ampla denominada “Um país impresso: revistas semanais, democracia, política e cultura no Brasil (1970-1990)”, financiada pelo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Ciências Humanas. A pesquisa contou com a participação da bolsista de Iniciação Científica Juliana Bender Ribeiro. A referida aluna é estudante do curso de graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 3.

³ HOBSBAWM, E. **A Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ LEVI, G.; SCHMITT, J. C.; Introdução. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Org.). **História dos Jovens**. Da Antiguidade à era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 7-8.

⁵ NEVES, L. M. B.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. (Org.). **História e imprensa**. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

⁶ Realidade, ano I, número 5, agosto de 1966, p. 6. Seção Cartas.

⁷ Realidade, ano I, número 10, janeiro de 1967, p. 5.

⁸ Sobre este tema ver: AREND, S. M. F. (Org.). **Um país impresso: História do Tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1989)**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

⁹ BRASIL. Decreto-Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. BRASIL. Decreto-Lei número 1.077, de 21 de janeiro de 1970. A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, continha a instrução que operacionalizava o Decreto-Lei número 1.077. Devido à resistência de escritores brasileiros de renome internacional a referida Portaria recebeu uma a Instrução 1-70, de 24 de fevereiro de 1970.

¹⁰ Sobre este tema ver: KUSHNIR, B. **Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2004.

¹¹ FARO, J. S. **Revista Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira**. Porto Alegre: Editora da ULBRA; AGE Editora, 1999.

¹² FERREIRA, T. S. **Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)**. Mestrado em História Social, UFF, Niterói, Brasil, 2013. p. 44.

¹³ Ver a seguinte edição sobre o presidente da UNE: Realidade, ano III, número 28, julho de 1968.

¹⁴ Realidade, ano I, número 5, agosto de 1966, pp. 69-80. Optamos por trabalhar com estes dados apenas tangencialmente neste artigo, em função do grande volume dos mesmos.

¹⁵ Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 20.

¹⁶ Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 23.

¹⁷ Realidade, ano II, número 16, julho de 1967, pp. 6-8.

¹⁸ COSSE, I. **Pareja, sexualidade y familia en los años sessenta**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2010, p. 14.

¹⁹ Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 20.

²⁰ Sobre o movimento da Contracultura nos anos de 1960 na América do Norte e em parte da Europa ver: ROSZAC, T. **Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

²¹ PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n° 45, 2003. pp. 239-260.

²² Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 23.

-
- ²³ RAGO, M. Feminismos a la brasileña. In: MORANT, I. (Dir.) **Historia de las Mujeres em España y América Latina**. Del siglo XX a los umbrales del XXI. Madri: Cátedra, 2006. pp. 863-880.
- ²⁴ PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J.M. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 469-512.
- ²⁵ Sobre a instituição do divórcio no Brasil ver: FÁVERI, M.; TANAKA, T. A. Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). **Revista Estudos Feministas**, vol. 18, 2010, pp. 359-383.
- ²⁶ BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.
- ²⁷ FERREIRA, T.S. op. cit., p. 9.
- ²⁸ Realidade, ano I, número 2, maio de 1966, p. 74.
- ²⁹ Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, pp. 24-25.
- ³⁰ A revista Realidade apresenta duas reportagens sobre os/as jovens russos que abordam o tema da revolução sexual. Ver: Realidade, ano IV, número 38 e número 39.
- ³¹ Realidade, ano II, número 18, setembro de 1967, p. 25.
- ³² Realidade, ano I, número 5, agosto de 1966, p. 70.
- ³³ Sobre o tema da revolução sexual na Europa na década de 1960 ver: RIOUX, J.; SIRINELLI, J. **La culture de masse en France**. De la Belle Époque à aujourd'hui. Paris: Fayard, 2002. No capítulo "Le coup de jeune des *sixties*" a discussão sobre a temática da revolução sexual associada à cultura de massa é realizada pelos autores de forma mais pontual.
- ³⁴ Realidade, ano II, setembro de 1967, p. 25.
- ³⁵ Realidade, ano II, setembro de 1967, p. 26.
- ³⁶ idem
- ³⁷ HOBSBAWM, E. op. cit., p. 319.
- ³⁸ HOBSBAWM, E. op. cit., p. 320.
- ³⁹ Ver, por exemplo, a seguinte reportagem: Eles querem derrubar o governo. Revista Realidade, ano III, julho de 1968, pp. 26-38. Não há informação da autoria da matéria jornalística e das fotografias.
- ⁴⁰ BRASIL. Lei nº 5.274, de 24 de abril de 1967.
- ⁴¹ SANTOS JÚNIOR, J. P. **Meninos e meninas na Justiça do Trabalho: leis, conflitos e trabalho infantojuvenil no sudoeste da Bahia (1964-1972)**. Mestrado em História, USP, São Paulo, Brasil, 2015. p. 109.
- ⁴² *ibid.*, p. 108.
- ⁴³ Realidade, ano II, setembro de 1967, p. 161.
- ⁴⁴ Sobre este tema ver: HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Editora Pioneira/Thomson Learning, 2005.
- ⁴⁵ Realidade, ano II, setembro de 1967, p. 140.
- ⁴⁶ *ibid.*, p. 141.
- ⁴⁷ *ibid.*, p. 142.